

# TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

**Informações financeiras intermediárias  
em 30 de junho de 2020**

# Conteúdo

<b>Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>12</b>
<b>Notas explicativas às informações financeiras intermediárias</b>	<b>13</b>



KPMG Auditores Independentes  
The Five East Batel  
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel  
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil  
Telefone +55 (41) 3304-2500  
kpmg.com.br

## Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias

Aos  
Administradores, conselheiros e acionistas do  
**TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**  
Paranaguá - PR

### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias do TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



### **Conclusão sobre as informações intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **Outros assuntos**

#### ***Demonstrações do valor adicionado***

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

#### ***Auditoria das demonstrações financeiras e revisão das informações financeiras intermediárias de exercício e período anterior***

O exame dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e a revisão das informações financeiras intermediárias relativas ao período findo em 30 de junho de 2019 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria e relatório de revisão sem modificações, com data de 23 de março de 2020 e 14 de agosto de 2019, respectivamente. Aqueles auditores submeteram os mesmos procedimentos de revisão sobre os valores correspondentes relativos às demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019 e, com base em sua revisão, emitiram relatório sem modificação.

Curitiba, 17 de agosto de 2020.

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-PR



João Alberto Dias Panceri  
Contador CRC PR-048555/O-2

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

### Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	30/06/2020	31/12/2019	Passivo	Notas	30/06/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	167.013	117.019	Fornecedores		18.263	28.434
Contas a receber de clientes	5	59.389	54.846	Empréstimos e financiamentos	12	212.276	261.873
Estoques		616	702	Debêntures	13	71.147	49.825
Impostos a recuperar	6	28.212	17.086	Contrato de concessão	14	53.587	53.587
Outros créditos	11	<u>31.340</u>	<u>30.898</u>	Impostos e contribuições a recolher	17	2.282	3.349
				Dividendos	19	99.481	99.481
		<u>286.570</u>	<u>220.551</u>	Mútuo com partes relacionadas	10	3.276	3.216
				Parcelamento dos impostos - REFIS	18	1.878	1.878
				Outras obrigações	16	<u>24.692</u>	<u>22.728</u>
						<u>486.882</u>	<u>524.371</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	15	5.117	5.143	Fornecedores		4.088	4.088
Impostos a recuperar	6	1.732	1.732	Empréstimos e financiamentos	12	178.450	238.150
Contas a receber de clientes	5	5.634	5.634	Debêntures	13	419.630	416.474
Imobilizado	8	1.280.870	1.296.910	Contrato de concessão	14	1.925.402	1.868.932
Intangível	9	<u>1.776.460</u>	<u>1.801.697</u>	Parcelamento dos impostos - REFIS	18	5.794	6.679
				Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	12.495	8.669
		<u>3.069.813</u>	<u>3.111.116</u>	Impostos diferidos	7	<u>79.656</u>	<u>56.168</u>
						<u>2.625.515</u>	<u>2.599.160</u>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	19	109.379	109.379
				Reservas de lucros		98.757	98.757
				Lucros acumulados		<u>35.850</u>	<u>-</u>
						<u>243.986</u>	<u>208.136</u>
		<u><u>3.356.383</u></u>	<u><u>3.331.667</u></u>			<u><u>3.356.383</u></u>	<u><u>3.331.667</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

### Demonstrações de resultados

Períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas	Período de seis meses		Período de três meses	
		30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Receita líquida de vendas	22	365.641	326.166	179.512	173.905
Custo dos serviços prestados	23	<u>(174.202)</u>	<u>(156.135)</u>	<u>(88.777)</u>	<u>(81.124)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>191.439</u>	<u>170.031</u>	<u>90.735</u>	<u>92.781</u>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas com vendas	23	(503)	(826)	(141)	(291)
Despesas gerais e administrativas	23	(30.226)	(28.499)	(12.964)	(13.569)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	<u>9.985</u>	<u>3.301</u>	<u>5.585</u>	<u>1.546</u>
		<u>(20.744)</u>	<u>(26.024)</u>	<u>(7.520)</u>	<u>(12.314)</u>
<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras</b>		<u>170.695</u>	<u>144.007</u>	<u>83.215</u>	<u>80.467</u>
Receitas financeiras	24	5.085	6.905	1.026	1.567
Despesas financeiras	24	<u>(122.003)</u>	<u>(143.547)</u>	<u>(65.179)</u>	<u>(72.444)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	24	<u>(116.918)</u>	<u>(136.642)</u>	<u>(64.153)</u>	<u>(70.877)</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<u>53.777</u>	<u>7.365</u>	<u>19.062</u>	<u>9.590</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	5.561	(1.661)	(3.542)	(1.661)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	<u>(23.488)</u>	<u>(1.030)</u>	<u>(2.856)</u>	<u>(1.758)</u>
<b>Lucro líquido do período</b>		<u>35.850</u>	<u>4.674</u>	<u>12.664</u>	<u>6.171</u>
<b>Lucro líquido, básico e diluído, por ação – R\$</b>	21	<u>4,42</u>	<u>0,58</u>	<u>1,56</u>	<u>0,76</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

### Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019

*(Em milhares de Reais)*

	<u>Período de seis meses</u>		<u>Período de três meses</u>	
	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
<b>Lucro líquido do período</b>	35.850	4.674	12.664	6.171
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>35.850</u>	<u>4.674</u>	<u>12.664</u>	<u>6.171</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		<u>Reservas de lucros</u>			
	<b>Capital social</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Reserva de retenção de lucros</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	109.379	10.281	126.269	-	245.929
Lucro líquido do período	-	-	-	4.674	4.674
Reversão de dividendos	-	-	14.520	-	14.520
<b>Saldos em 30 de junho de 2019</b>	<u>109.379</u>	<u>10.281</u>	<u>140.789</u>	<u>4.674</u>	<u>265.123</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	109.379	12.639	86.118	-	208.136
Lucro líquido do período	-	-	-	35.850	35.850
<b>Saldos em 30 de junho de 2020</b>	<u>109.379</u>	<u>12.639</u>	<u>86.118</u>	<u>35.850</u>	<u>243.986</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



# TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2019</b>
<b>Lucro líquido do período</b>	35.850	4.674
Ajustes de:		
Depreciações	34.025	19.429
Amortizações	33.461	39.929
Valor residual do ativo imobilizado baixado	1.757	9.368
Provisão juros sobre empréstimos	11.220	21.512
Provisão juros sobre mútuo	60	47
Provisão juros debêntures	21.322	28.633
Provisão juros arrendamento	172	184
Amortização custo de captação debêntures	3.156	3.716
Provisão juros contrato de concessão	84.469	80.441
Provisão para perda por redução ao valor recuperável - contas a receber	451	289
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.826	459
Recuperação de créditos tributários	(11.037)	-
Imposto de renda diferido	23.488	1.030
	<u>242.220</u>	<u>209.711</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber de clientes	(4.994)	(15.168)
Estoques	86	(195)
Outros créditos	(442)	3.150
Outros ativos circulantes e não circulantes	(63)	426
Fornecedores	(12.085)	(17.710)
Impostos e contribuições a recolher	(64)	(1.827)
Outros passivos circulantes e não circulantes	1.079	2.059
Contingências pagas	-	(4.653)
	<u>225.737</u>	<u>175.793</u>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		
Impostos sobre o lucro pagos	(1.003)	(15.138)
	<u>224.734</u>	<u>160.655</u>
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Adições de intangível	(7.503)	(5.526)
Adições de imobilizado	(18.549)	(125.376)
Valor proveniente da venda de imobilizado	-	1.073
Recebimento de mútuos	-	1.998
	<u>(26.052)</u>	<u>(127.831)</u>
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos	95.250	-
Pagamentos de empréstimos (principal)	(197.500)	(137.517)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e arrendamentos	(15.014)	(23.976)
Pagamentos de arrendamento	(3.425)	(2.972)
Pagamentos contrato de concessão	(27.999)	(23.537)
Captação de mútuos	-	3.100
	<u>(148.688)</u>	<u>(184.902)</u>
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos</b>		
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>49.994</u>	<u>(152.078)</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	117.019	252.038
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>	<u>167.013</u>	<u>99.960</u>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>49.994</u>	<u>(152.078)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

# TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

## Demonstrações do valor adicionado

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	30/06/2020	30/06/2019
Demonstrações do valor adicionado		
<b>Receitas (1)</b>	<u>394.655</u>	<u>352.650</u>
Venda de mercadorias, produtos e serviços	297.658	263.067
Outras receitas	104.697	89.872
Comissões e descontos	(7.249)	-
Provisão para perda por redução ao valor recuperável – contas a receber	(451)	(289)
<b>Insumos adquiridos de terceiros (2)</b>	<u>(79.188)</u>	<u>(78.232)</u>
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(32.096)	(33.906)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(47.092)	(44.326)
Outras	-	-
<b>Valor adicionado bruto (3) = (1) + (2)</b>	<u>315.467</u>	<u>274.418</u>
<b>Depreciação e amortização (4)</b>	<u>(67.486)</u>	<u>(59.358)</u>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade (5) = (3) + (4)</b>	<u>247.981</u>	<u>215.060</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferências (6)</b>	<u>15.071</u>	<u>10.206</u>
Receitas financeiras	5.085	6.905
Outras	9.986	3.301
<b>Valor adicionado total a distribuir (7) = (5) + (6)</b>	<u>263.052</u>	<u>225.266</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<u>263.052</u>	<u>225.266</u>
<b>Pessoal</b>	<u>57.789</u>	<u>47.539</u>
Remuneração direta	41.424	35.162
Benefícios	14.313	10.675
F.G.T.S.	2.052	1.702
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<u>47.410</u>	<u>29.506</u>
Federais	11.037	17.292
Impostos diferidos	23.490	1.030
Estaduais	18	42
Municipais	12.865	11.142
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<u>122.003</u>	<u>143.547</u>
Juros e custo das debêntures	119.765	134.243
Variações cambiais	7	139
Outras	2.231	9.165
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<u>35.850</u>	<u>4.674</u>
Lucros retidos (prejuízo) do período	35.850	4.674

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais)

### 1 Contexto operacional

O Terminal de Contêineres de Paranaguá (a "Companhia" ou "TCP") está localizado na Av. Portuária, S/N, Paranaguá, Estado do Paraná e tem por objeto a exploração, sob o regime de concessão, de instalações portuárias destinadas a movimentação e armazenamento de contêineres, podendo desenvolver atividades logísticas complementares e necessárias aos clientes do terminal. Adicionalmente, seu plano de negócios demonstra que os resultados futuros de suas operações serão compatíveis com as obrigações do contrato de concessão.

O contrato de concessão do terminal do Porto de Paranaguá, possui prazo definido. Em 13 de abril de 2016 a Companhia celebrou o 10º. Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048. Este contrato pode ser interrompido pelo poder concedente (Appa) somente mediante a quebra nas movimentações anuais previstas no contrato. A Companhia cumpriu com as condições contratuais durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e exercício findo em 2019.

Em 23 de fevereiro de 2018, após a satisfação de todas as condições precedentes em contrato, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovaram a aquisição de 90% da TCP Participações S.A. (que detém 100% da Companhia) pela Kong Rise Development Limited que passou nesta data a ser a controladora da Companhia.

A Companhia analisa periodicamente a capacidade de fluxo de caixa frente às obrigações vigentes e está apta a cumprir todas as obrigações no período findo em 30 de junho de 2020.

### 2 Base de preparação

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, observando as disposições contidas no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP 003/2011 de 28 de abril de 2011 e demais normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. A preparação destas informações intermediárias envolve julgamento pela Administração da Companhia acerca da relevância e de alterações que devem ser divulgadas em notas explicativas.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas pela Companhia para atualizar os usuários sobre as informações relevantes apresentadas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

As informações financeiras intermediárias para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 13 de agosto de 2020. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações financeiras intermediárias.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das informações financeiras intermediárias do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 são consistentes com as práticas descritas na Nota 2 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 que, conseqüentemente, devem ser lidas em conjunto.

A Companhia analisa periodicamente a capacidade de fluxo de caixa frente às obrigações vigentes e esta apta a cumprir todas as obrigações no período findo em 30 de junho de 2020.

### **3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

#### **Julgamentos**

A preparação das informações financeiras intermediárias da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações financeiras intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias:

#### **Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

#### ***Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros***

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

### **Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

### **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## **4 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Caixa e bancos	2.832	3.912
Aplicações financeiras		
Banco Santander	59.670	39.160
Banco Itau	55.183	42.912
Banco Bradesco	11.219	5.020
Banco Paraná	16.938	10.087
Caixa Econômica Federal	5.958	5.870
Banco CCB	15.213	10.058
	<u>167.013</u>	<u>117.019</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósito bancário e compromissadas de renda fixa, remunerados a taxas que variam de 89,96% a 101% em 30 de junho de 2020 (90 a 101% em 31 de dezembro de 2019) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Não existem saldos com restrições de caixa.

A Companhia detém saldos em disponibilidades para receber fluxos de caixa contratuais e vende ativos financeiros para reinvestir em ativos financeiros com rendimentos mais elevados, buscando assim atender suas necessidades diárias de liquidez.

## 5 Contas a receber de clientes

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Clientes	51.316	45.878
Serviços prestados e não faturados	14.963	15.407
Outros	51	51
(-) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	<u>(1.307)</u>	<u>(856)</u>
	<u>65.023</u>	<u>60.480</u>
Parcela no circulante	59.389	54.846
Parcela no não circulante	5.634	5.634

Os saldos de contas a receber de clientes estão representados por créditos relativos aos faturamentos dos serviços prestados aos clientes com giro inferior a 30 dias de liquidação. A Companhia opera com clientes concentrados e em 30 de junho de 2020 os 5 principais clientes representam em torno de 42% (45% em 31 de dezembro de 2019) do total da carteira. Os saldos referentes a contas a receber não circulante possuem processos judiciais nos quais garantias foram ajuizadas em favor da Companhia, pelo valor integral em aberto.

A análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
A vencer	46.888	44.786
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	5.672	5.534
De 31 a 90 dias	2.663	2.114
De 91 a 180 dias	1.595	651
Acima de 180 dias	<u>9.512</u>	<u>8.251</u>
<b>Total</b>	<u>66.330</u>	<u>61.336</u>

Os valores apresentados na provisão representam o valor imparcial da probabilidade avaliada pela Companhia de que seus recebíveis, considerando um intervalo de resultados possíveis e as informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, sem custo ou esforço excessivos, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 sobre condições atuais e previsões de condições econômicas futuras.

Em 30 de junho de 2020 a provisão para perda por redução ao valor recuperável totalizava R\$ 1.307 (R\$ 856 em 31 de dezembro de 2019).

A movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Saldo no início do período / exercício	(856)	(448)
Constituição de provisão	(585)	(523)
Reversão de provisão	<u>134</u>	<u>115</u>
Saldo no final do período / exercício	<u>(1.307)</u>	<u>(856)</u>

Clientes vencidos que estão no ativo não circulante totalizam R\$ 5.634 em 30 de junho de 2020 (R\$ 5.634 em 31 de dezembro de 2019) e estão em fase de cobrança judicial.

## 6 Impostos a recuperar

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Provisão IR sobre aplicações	1.082	995
INSS a recuperar	904	904
ISS a recuperar	1.732	1.732
Pis a compensar	3.406	2.697
Cofins a compensar	15.665	12.424
IRPJ e CSLL a recuperar (i)	7.087	-
Outros impostos a recuperar	68	66
	<u>29.944</u>	<u>18.818</u>
Parcela no circulante	28.212	17.086
Parcela no não circulante	1.732	1.732

(i) Referem-se à créditos tributários recuperados no primeiro trimestre de 2020.

## 7 Imposto de renda e contribuição social

### a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Baseado em expectativa de lucratividade e no plano de negócios aprovado pela Administração e Acionistas, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos sobre a base de prejuízos fiscais e diferenças temporárias (basicamente provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e provisão para perda por redução ao valor recuperável do contas a receber). Adicionalmente, a Companhia constitui imposto de renda diferido passivo sobre diferenças temporárias, como amortização fiscal do ágio, diferenças entre as taxas de depreciação para fins contábeis e tributários, juros capitalizados sobre as obras em andamento e custo de captação dos empréstimos. O saldo entre ativo e passivo é registrado líquido no balanço patrimonial.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	12.495	8.669
Provisão para perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	1.307	856
Outras diferenças temporárias	2.078	524
Prejuízo fiscal	35.692	-
	<u>51.572</u>	<u>10.049</u>
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total imposto diferido ativo	<u>17.534</u>	<u>3.417</u>
Amortização do ágio	(138.651)	(141.103)
Juros capitalizados	(32.409)	(33.399)
Diferença taxa depreciação contábil X fiscal	(114.247)	-
Custo de captação de empréstimo	(547)	(748)

**TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**  
*Informações financeiras intermediárias  
em 30 de junho de 2020*

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
	<u>(285.854)</u>	<u>(175.250)</u>
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total imposto diferido passivo	<u>(97.190)</u>	<u>(59.585)</u>
Total líquido	<u>(79.656)</u>	<u>(56.168)</u>

**b. Impostos de renda e contribuição social – alíquota efetiva**

<i>Período de seis meses</i>	<u>30/06/2020</u>		<u>30/06/2019</u>	
	<b>Imposto de renda</b>	<b>Contribuição social</b>	<b>Imposto de renda</b>	<b>Contribuição social</b>
Resultado antes dos impostos	53.777	53.777	7.365	7.365
Alíquotas	<u>25%</u>	<u>9%</u>	<u>25%</u>	<u>9%</u>
Tributos	(13.444)	(4.840)	(1.841)	(663)
Adições permanentes	(72)	(27)	(115)	(42)
Outros	66	378	(36)	-
Diferença de alíquota	12	-	6	-
Total de tributos lançados ao resultado	<u>(13.438)</u>	<u>(4.489)</u>	<u>(1.986)</u>	<u>(705)</u>
Alíquota efetiva	<u>25%</u>	<u>8%</u>	<u>27%</u>	<u>10%</u>
Tributos correntes	3.834	1.727	(1.229)	(432)
Tributos diferidos	(17.272)	(6.216)	(757)	(273)
 <i>Período de três meses</i>	 <u>30/06/2020</u>		 <u>30/06/2019</u>	
	<b>Imposto de renda</b>	<b>Contribuição social</b>	<b>Imposto de renda</b>	<b>Contribuição social</b>
Resultado antes dos impostos	19.062	19.062	9.590	9.590
Alíquotas	<u>25%</u>	<u>9%</u>	<u>25%</u>	<u>9%</u>
Tributos	(4.765)	(1.716)	(2.397)	(863)
Adições permanentes	(54)	(20)	(95)	(34)
Outros	151	-	(36)	-
Diferença de alíquota	6	-	6	-
Total de tributos lançados ao resultado	<u>(4.662)</u>	<u>(1.736)</u>	<u>(2.522)</u>	<u>(897)</u>
Alíquota efetiva	<u>24%</u>	<u>9%</u>	<u>26%</u>	<u>9%</u>
Tributos correntes	(2.562)	(980)	(1.229)	(432)
Tributos diferidos	(2.100)	(756)	(1.293)	(465)



## 8 Imobilizado

As movimentações do ativo imobilizado durante o período de 6 meses findo em 30 de junho de 2020 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram como segue:

Vida útil	25 anos	5 a 15 anos	10 anos	5 anos	5 a 10 anos	5 a 15 anos			
	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento processamento de dados	Veículos	Outros	Direito de uso	Imobilizado em andamento	Total
<b>Custo</b>									
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	517.199	335.807	4.758	21.313	3.940	18.716	-	558.785	1.460.518
Aquisições	11.566	27.884	174	4.085	-	22.172	9.568	163.681	239.130
Baixas	(15)	(4.089)	-	-	(2.389)	(19.500)	(803)	-	(26.796)
Transferências	659.096	50.353	-	6.186	-	-	-	(715.635)	-
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<u>1.187.846</u>	<u>409.955</u>	<u>4.932</u>	<u>31.584</u>	<u>1.551</u>	<u>21.388</u>	<u>8.765</u>	<u>6.831</u>	<u>1.672.852</u>
Aquisições	6.914	7.183	90	1.119	-	-	250	4.186	19.742
Baixas	(264)	(2.603)	-	-	(522)	(93)	-	(14)	(3.496)
Transferências	(20)	1.321	-	-	-	-	-	(1.301)	-
<b>Saldo em 30/06/2020</b>	<u>1.194.476</u>	<u>415.856</u>	<u>5.022</u>	<u>32.703</u>	<u>1.029</u>	<u>21.295</u>	<u>9.015</u>	<u>9.702</u>	<u>1.689.098</u>
<b>Depreciação</b>									
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	(143.702)	(173.891)	(2.711)	(12.914)	(2.359)	(24)	-	-	(335.601)
Depreciação	(15.913)	(19.489)	(361)	(3.639)	(315)	(3)	(4.481)	-	(44.201)
Baixas	2	2.231	-	-	1.383	-	244	-	3.860
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<u>(159.613)</u>	<u>(191.149)</u>	<u>(3.072)</u>	<u>(16.553)</u>	<u>(1.291)</u>	<u>(27)</u>	<u>(4.237)</u>	<u>-</u>	<u>(375.942)</u>
Depreciação	(16.918)	(11.364)	(182)	(2.294)	(14)	-	(3.253)	-	(34.025)
Baixas	229	1.216	-	-	294	-	-	-	1.739
<b>Saldo em 30/06/2020</b>	<u>(176.302)</u>	<u>(201.297)</u>	<u>(3.254)</u>	<u>(18.847)</u>	<u>(1.011)</u>	<u>(27)</u>	<u>(7.490)</u>	<u>-</u>	<u>(408.228)</u>
<b>Saldo em 30/06/2020</b>	<u>1.018.174</u>	<u>214.559</u>	<u>1.768</u>	<u>13.856</u>	<u>18</u>	<u>21.268</u>	<u>1.525</u>	<u>9.702</u>	<u>1.280.870</u>
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<u>1.028.233</u>	<u>218.806</u>	<u>1.860</u>	<u>15.031</u>	<u>260</u>	<u>21.361</u>	<u>4.528</u>	<u>6.831</u>	<u>1.296.910</u>

As vidas úteis dos bens levam em consideração a data final do período de concessão e a vida útil do bem, sempre utilizando das duas a menor. No período apresentado e no exercício anterior, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

	<b>Taxa média anual - %</b>
Edificações e instalações	2,34%
Equipamentos	2,85%

## 9 Intangível

<b>Vida útil</b>	<u>5 anos</u>	<u>5 anos</u>	<u>25 anos</u>	<u>22 anos</u>	
	<b>Gastos com software</b>	<b>Estudos, projetos e detalhes</b>	<b>Contrato concessão</b>	<b>Ágio</b>	<b>Total</b>
<b>Custo</b>					
Saldo em 31/12/2018	103.915	5.987	2.112.411	159.503	2.381.816
Aquisições	<u>15.462</u>	<u>40</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.502</u>
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<u>119.377</u>	<u>6.027</u>	<u>2.112.411</u>	<u>159.503</u>	<u>2.397.318</u>
Aquisições	<u>8.224</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.224</u>
<b>Saldo em 30/06/2020</b>	<u>127.601</u>	<u>6.027</u>	<u>2.112.411</u>	<u>159.503</u>	<u>2.405.542</u>
<b>Amortização</b>					
Saldo em 31/12/2018	(51.143)	(2.843)	(454.763)	(13.497)	(522.246)
Amortização	<u>(19.345)</u>	<u>(217)</u>	<u>(48.905)</u>	<u>(4.908)</u>	<u>(73.375)</u>
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<u>(70.488)</u>	<u>(3.060)</u>	<u>(503.668)</u>	<u>(18.405)</u>	<u>(595.621)</u>
<b>Amortização</b>	<u>(10.365)</u>	<u>(110)</u>	<u>(20.533)</u>	<u>(2.453)</u>	<u>(33.461)</u>
<b>Saldo em 30/06/2020</b>	<u>(80.853)</u>	<u>(3.170)</u>	<u>(524.201)</u>	<u>(20.858)</u>	<u>(629.082)</u>
<b>Saldo em 30/06/2020</b>	<u>46.748</u>	<u>2.857</u>	<u>1.588.210</u>	<u>138.645</u>	<u>1.776.460</u>
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<u>48.889</u>	<u>2.967</u>	<u>1.608.743</u>	<u>141.098</u>	<u>1.801.697</u>

Os gastos com softwares são amortizados em 5 anos. Os ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão (incluindo o Ágio), quando aplicável são amortizados com base no prazo da concessão.

O valor do ágio representa o valor da mais valia oriundo de aquisição apurado após a alocação do preço de aquisição com base na avaliação dos ativos e passivos avaliados a valor justo efetuado por empresa independente. No período apresentado e no exercício anterior, não foram identificados indicadores de redução dos ativos intangíveis e ajustes para redução dos saldos aos seus valores de recuperação.

## 10 Partes relacionadas

	<b>Passivo mútuo</b>	
	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
TCP Participações (a)	3.276	3.216
	3.276	3.216

- (a) Em abril de 2019 a Companhia efetuou contrato de mútuo com a sua Controladora TCP Participações S.A. no valor de R\$ 3.100. Sobre os valores do mútuo incide a taxa de 100% do CDI, acrescido exponencialmente de *spread* de 1% ao ano.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, a Companhia consignou como remuneração dos Administradores o montante de R\$ 1.844 (R\$ 1.554 em 30 de junho de 2019). Não existem planos de benefícios pós emprego e remunerações baseadas em ações ou outras participações ou financiamentos aos Administradores da Companhia.

## 11 Outros créditos

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Adiantamentos fornecedores	3.564	4.025
Adiantamento despesas – reembolso antigos acionistas (i)	11.125	11.856
Crédito a receber por quebra de condicionantes	2.083	2.342
Seguros	13.763	11.650
Outros créditos	805	1.025
	31.340	30.898

- (i) Despesas incorridas com transações anteriores a 23 de fevereiro de 2018, data da assinatura do contrato de venda da TCP Participações S.A. para a China Merchants Port Holdings Company Limited. Essas despesas são, por natureza, honorários advocatícios, custas judiciais, acordos trabalhistas anteriores à data da competência e que serão reembolsados à Companhia de acordo com os ex-acionistas. No período findo em 30 de junho de 2020 foram recebidos R\$ 9.315 (R\$ 9.643 em 31 de dezembro de 2019).

## 12 Empréstimos e financiamentos

	<b>Taxa anual de juros</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Nota de Crédito à Exportação	CDI + 1,15% a 2,10%	389.204	495.495
Arrendamento	9,87%	1.522	4.528
		390.726	500.023
Parcela no circulante		212.276	261.873
Parcela no não circulante		178.450	238.150

O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante ocorrerá da seguinte forma.

<b>Ano</b>	<b>Saldo</b>
2022	59.483
2023	59.483
2024	59.484
<b>Total</b>	<b>178.450</b>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está apresentada abaixo:

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Saldo inicial	500.023	648.437
Captação empréstimos	95.250	9.568
Pagamentos de empréstimos (principal)	(197.500)	(150.118)
Provisão juros sobre empréstimos	11.220	39.937
Provisão juros arrendamento	172	284
(-) Pagamentos de arrendamento	(3.425)	(5.324)
(-) Pagamentos de juros sobre empréstimos e arrendamentos (i)	(15.014)	(42.761)
<b>Saldo final</b>	<b>390.726</b>	<b>500.023</b>

- (i) A Companhia optou em apresentar os juros pagos como atividades de financiamento nas demonstrações do fluxo de caixa.

Os covenants vinculados aos empréstimos e financiamentos (exceto os mencionados abaixo) são mensurados anualmente e demonstrados a seguir:

- Dívida Líquida / EBITDA Ajustado: igual ou inferior a 3,5;
- EBITDA Ajustado / Despesa financeira ajustada: igual ou superior a 1,2.

Em 16 de fevereiro de 2018 a Companhia captou junto ao Banco Bradesco S.A. um empréstimo na modalidade NCE no valor de R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais) os quais incidem juros a taxa de 100% da taxa média diária do CDI, acrescida exponencialmente de spread de 1,25% a.a.

A dívida possui como prazo de pagamento do principal os anos de 2020 a 2024. A referida obrigação possui covenants mensurados anualmente relativos a:

- Endividamento financeiro líquido / EBITDA < ou = 3,5 para 2018 e 3 para 2019;
- Índice de cobertura de juros = > a 1,75, em 2018 e 2 a partir de 2019;
- Pagamento de dividendos ou JSCP não devem superar o pagamento mínimo obrigatório;
- Patrimônio líquido não inferior a 100 milhões.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e no exercício anterior, a Companhia encontrava-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais, incluindo cláusulas de *covenants*, desses empréstimos e financiamentos. Atualmente a Companhia não possui bens dados em garantias de empréstimos e financiamentos.

## 13 Debêntures

Em 15 de julho de 2016 foi aprovado conforme AGE a submissão pela Companhia do pedido de registro de Companhia aberta, como emissor na categoria B, perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM para a captação através da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, com garantia adicional fidejussória. Em 6 de setembro de 2016 conforme AGE foram alteradas determinadas características da 1ª emissão de debêntures aprovada na AGE de 15 de julho de 2016.

O processo de registro de Companhia Aberta, na categoria B, foi deferido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 27 de outubro de 2016. Este registro teve por objetivo viabilizar a emissão de debêntures para a execução das obras de ampliação do terminal, conforme compromisso assumido na renovação de seu contrato de concessão em abril de 2016, além do alongamento do prazo de pagamento das dívidas atuais de curto prazo da Companhia. A emissão ocorreu em 1 de novembro de 2016, cujo valor total foi de R\$ 588.142 em 3 (três) séries distintas, com prazos de pagamento variáveis para cada série, sendo de 3 anos o menor e 6 anos para o maior prazo de amortização. A remuneração será em 100% do CDI acrescido de 3,40% para as emissões de primeira série, 3,9% para as emissões de segunda série e IPCA + 7,82% para as emissões de terceira série.

<b>Debêntures</b>	<b>Taxa (remuneração)</b>	<b>Taxa efetiva</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Debêntures 1ª série	CDI + 3,40%	16,16% a.a.	100.000	100.000
Custo captação			(2.657)	(2.657)
Juros e custos apropriados			22.101	22.101
Juros pagos			(19.444)	(19.444)
Amortização			(100.000)	(100.000)
Debêntures 2ª série	CDI + 3,90%	15,74% a.a.	60.095	60.095
Custo captação			(1.800)	(1.800)
Juros e custos apropriados			13.950	13.950
Juros pagos			(12.150)	(12.150)
Amortização			(60.095)	(60.095)
Debêntures 3ª série	IPCA + 7,82%	14,66% a.a.	428.047	428.047
Custo captação			(37.876)	(37.876)
Juros e custos apropriados			204.787	180.309
Juros pagos			(104.181)	(104.181)
Total captado			588.142	588.142
Total custo de captação			(42.333)	(42.333)
Total líquido captado			<u>545.809</u>	<u>545.809</u>
Total juros e custos apropriados			240.838	216.360
Juros pagos			(135.775)	(135.775)
Amortização			<u>(160.095)</u>	<u>(160.095)</u>
Saldo líquido atual			<u>490.777</u>	<u>466.299</u>
Parcela no circulante			71.147	49.825
Parcela no não circulante			419.630	416.474

Em 17 de maio de 2018 a Companhia efetuou o resgate antecipado facultativo total das debêntures da 1ª série com vencimento original para 15 de outubro de 2019, valor pago de R\$ 101.829 e 2ª série com vencimento originais para 15 de outubro de 2020 e 15 de outubro de 2021, valor pago de R\$ 62.069 da 1ª emissão de debêntures da emissora, conforme comunicado oficial emitido no dia 17 de abril de 2018.

O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante ocorrerá da seguinte forma.

<b>Ano</b>	<b>Saldo</b>
2021	133.951
2022	<u>285.679</u>
<b>Total</b>	<u>419.630</u>

Os covenants vinculados as debêntures, medidos com periodicidade trimestral com base nas informações financeiras intermediárias arquivadas na CVM, estão demonstrados a seguir:

- **Caixa Mínimo Livre:** igual ou superior a R\$ 50.000.
- Dívida Líquida / EBITDA Ajustado:
  - (i) Igual ou inferior a 3,5 vezes, durante os trimestres relativos aos exercícios sociais a serem encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018;
  - (ii) Igual ou inferior a 3,0 vezes, a partir do 1º (primeiro) trimestre, inclusive, do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019, ou seja, a partir de 30 de junho de 2019, inclusive.
- EBITDA Ajustado / Despesa financeira ajustada:
  - (i) Igual ou superior a 1,75 vezes, a partir do 1º (primeiro) trimestre, inclusive, do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2018, ou seja, a partir de 30 de junho de 2018; ou
  - (ii) Igual ou superior a 2,00 vezes, a partir do 1º (primeiro) trimestre, inclusive, do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019, ou seja, a partir de 30 de junho de 2019, inclusive.

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontrava-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais das debêntures emitidas.

A movimentação das debêntures está apresentada abaixo:

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Saldo no início do período	466.299	442.236
Provisão juros debêntures	21.322	54.580
Pagamento de juros debêntures	-	(36.830)
Amortização custo de captação debêntures	<u>3.156</u>	<u>6.313</u>
Saldo ao final do período	490.777	466.299

## 14 Contrato de concessão

### a. Registro da obrigação

Em outubro de 1998 o “antigo TCP” (controlada adquirida e posteriormente incorporada pela Companhia) foi ganhador do contrato de concessão de exploração das Instalações Portuárias localizadas no Porto de Paranaguá para a implantação de um Terminal de Contêineres destinado à movimentação e armazenagem de contêineres e serviços auxiliares pelo prazo de 25 anos renovável por mais 25 anos (até 2048).

Conforme o contrato com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (“APPA”), a remuneração pela concessão de exploração do Terminal Portuário de Paranaguá será paga pela Companhia mensalmente durante a vigência do mesmo. A remuneração é composta por uma parte fixa e outra variável. A parte fixa é baseada na metragem quadrada das áreas utilizadas e atualizada anualmente pelo IGP-M. A parte variável é calculada com base nas quantidades mínimas de movimentação de contêineres (TEUS).

Conforme cláusula contratual, a Companhia é responsável por movimentar uma quantidade mínima, definida na proposta comercial inclusa no processo licitatório, sob pena de pagar multas que ultrapassam os valores a serem pagos conforme a quantidade mínima movimentada, caso essas quantidades mínimas não sejam efetivamente movimentadas.

Em 13 de abril de 2016 a Companhia celebrou o 10º. Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”) e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048 e correspondeu a adição de R\$ 1.454.638, com contrapartida no ativo intangível.

O valor registrado no passivo como “parcelas variáveis” refere-se à movimentação mínima obrigatória a ser executada e paga pela concessão. A Companhia está sujeita ao pagamento mínimo contratual, mesmo que não atinja e execute a movimentação mínima prevista, estando ainda sujeita a multas e demais penalidades previstas em contrato.

Em decorrência da prorrogação antecipada, o TCP fica obrigado a investir, por sua exclusiva conta e risco, no aprimoramento, atualização, ampliação e manutenção dos bens que integram a área concedida, de modo a propiciar o efetivo aumento de produtividade, otimização operacional da área portuária e dos serviços sob sua responsabilidade.

Os bens que integram o Contrato, para o efeito de aprimoramento, atualização, ampliação, manutenção e substituição, são os veículos operacionais e equipamentos que forem adquiridos ou utilizados na operação do Terminal e as instalações de infraestrutura e superestrutura na área arrendada ao Terminal.

O TCP fica obrigado a realizar obras para a construção de (i) 220 metros de cais, totalizando 1.099 metros no total, (ii) 157,5 mil m<sup>2</sup> de retroárea, totalizando 487 mil m<sup>2</sup> e (iii) construção de *dolphins* perpendiculares ao cais para atracação de navios de veículos. Os investimentos aprovados pela Resolução ANTAQ No. 3.677, de 3 de outubro de 2014, somam R\$ 543.174, em valores de 2014.

Em 7 de novembro de 2017 foi assinado o 11º termo aditivo ao Contrato que prorroga o prazo da Cláusula Quinta do Décimo Termo Aditivo de 31 de dezembro de 2018 para 24 de novembro de 2019. Há ainda 180 dias de carência adicional ao prazo anterior, sem penalidades, para a conclusão da obra.

A Companhia entende, com base nos estudos dos responsáveis técnicos contratados para execução e supervisão das obras, que o novo prazo acordado no 11º Aditivo ao Contrato para realização da ampliação do Terminal, é suficiente para sua conclusão dentro do prazo estabelecido e sem risco de descumprir as cláusulas e termos do Contrato e seus Aditivos.

Adicionalmente ao montante previsto acima, o TCP deverá investir, de 2024 até o final da vigência contratual, o valor mínimo de R\$ 548.539, para assegurar a atualização e/ou substituição visando capturar ganhos tecnológicos, no mínimo, dos bens que integram a área concedida, e de outros equipamentos, incluindo gastos necessários para reparos, modernizações, substituições e relocalizações de trilhos dos contêineres, que aumentam sua base em cada nova geração ou equipamentos e sistemas alternativos.

De acordo com o Termo de Aceitação Definitiva da Obra de Expansão, emitido em 7 de agosto de 2019 a obra foi concluída antecipadamente fazendo jus a bonificação conforme Cláusula 20ª do Contrato.

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 os saldos dessa obrigação podem ser assim resumidos:

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Parcelas fixas	436.120	443.771
Parcelas variáveis (Movimentação mínima obrigatória)	<u>1.542.869</u>	<u>1.478.748</u>
Total	<u>1.978.989</u>	<u>1.922.519</u>
Parcela no circulante	53.587	53.587
Parcela no não circulante	1.925.402	1.868.932

A movimentação da obrigação da concessão está apresentada abaixo:

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Saldo no início do período	1.922.519	1.839.730
Pagamentos contrato de concessão	(27.999)	(49.749)
Provisão juros contrato de concessão	<u>84.469</u>	<u>132.538</u>
Saldo ao final do período	1.978.989	1.922.519



As parcelas de longo prazo, referentes à obrigação da concessão, apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

<b>Ano</b>	<b>Saldo</b>
2021	53.587
2022	53.587
2023	53.587
2024	54.962
2025	54.962
2026 a 2030	274.808
2031 a 2035	300.576
2036 a 2040	359.540
2041 a 2045	409.980
2046 a 2048	309.813
<b>Total</b>	<u>1.925.402</u>

**b. Intangível**

Em 30 de junho de 2020, o saldo do intangível relativo à Concessão (vide nota 9) é de R\$ 1.588.210, sendo R\$ 2.112.411 de principal e R\$ 524.201 de amortização acumulada. A despesa de amortização do ativo intangível relativa à concessão, durante o período findo em 30 de junho de 2020, foi de R\$ 20.533 (R\$ 27.860 em 30 de junho de 2019), e encontra-se registrada sob a rubrica de custos e serviços prestados, nas demonstrações dos resultados dos períodos.

**15 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza cível, trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão como a seguir indicado:

	<b>31/12/2019</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>30/06/2020</b>
Tributários	1.824	-	-	1.824
Trabalhistas	6.839	3.922	(96)	10.665
Cíveis	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6</u>
	<u>8.669</u>	<u>3.922</u>	<u>(96)</u>	<u>12.495</u>
	<b>31/12/2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>30/06/2019</b>
Tributários	5.819	658	(4.653)	1.824
Trabalhistas	5.100	250	(449)	4.901
Cíveis	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6</u>
	<u>10.925</u>	<u>908</u>	<u>(5.102)</u>	<u>6.731</u>

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas foram constituídas para fazer face a processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais e trabalhistas, com expectativa de perda provável, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia mantém, ainda, outros processos em andamento, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de possível perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 217.201 (R\$ 157.879 em 31 de dezembro de 2019), para os quais a

Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda. Os saldos estão apresentados abaixo, por natureza.

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Tributárias	192.189	131.878
Trabalhistas	15.825	17.159
Cíveis	7.860	7.536
Outras	1.327	1.306
	217.201	157.879

No primeiro semestre de 2018 a Companhia foi citada do processo de execução fiscal nº 5013752-24.2018.4.04.7000, que engloba a cobrança de IRPJ/CSLL relacionado à Discussão Despesas da Concessão (exercício sociais de 2009 a 2012, no valor de R\$ 164.615) e Discussão Ágio Aquisição 2011 (meses de novembro e dezembro do exercício social de 2011, no valor de R\$ 5.369). A execução fiscal encontra-se com o juízo garantido (seguro garantia), sendo que na avaliação dos advogados a Discussão Despesas da Concessão possui probabilidade de perda remota e a Discussão Ágio Aquisição 2011 possui probabilidade de perda possível no montante de R\$ 5.369.

Em algumas causas em que a Companhia está discutindo judicialmente são efetuados depósitos judiciais conforme requeridos pelos respectivos processos.

Os depósitos judiciais estão registrados como a seguir:

	<b>31/12/2019</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>30/06/2020</b>
Trabalhista	3.542	67	-	3.516
Cível e Tributário	1.601	-	-	1.601
	5.143	67	-	5.117
	<b>31/12/2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>30/06/2019</b>
Trabalhista	2.999	1.200	(616)	3.583
Cível e Tributário	1.601	-	-	1.601
	4.600	1.200	(616)	5.184

## 16 Outras obrigações

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Adiantamentos de clientes	2.350	2.247
Provisão de bônus	4.788	7.495
Salários a pagar	3.932	3.112
Provisão de férias e 13º	9.266	5.818
Outras obrigações trabalhistas	4.313	4.016
Outras obrigações	43	40
	24.692	22.728

## 17 Impostos e contribuições a recolher

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Contribuição social	-	385
Imposto de renda	-	618
ISS	2.059	2.060
PIS e COFINS	-	24
Outros impostos a recolher	223	262
	2.282	3.349

## 18 Parcelamento dos impostos – REFIS

Amparada na Lei N.º11.941 de 27 de maio de 2009, a Administração protocolou, em novembro de 2009, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV. A adesão consolidou débitos de PIS e COFINS no montante principal de R\$ 15.952 dos exercícios de 2002 a 2004, devido a pagamentos com créditos glosados pelo Fisco.

Na esfera judicial, a Companhia pleiteia a validação de tais créditos os quais foram utilizados para compensação dos débitos de PIS e COFINS incluídos no REFIS IV, conforme contestação apresentada por seus consultores legais de que o êxito neste pleito é mais que provável.

A Companhia encontra-se em cumprimento sobre as exigências de manutenção no REFIS.

A movimentação dos saldos do REFIS é demonstrada a seguir:

	31/12/2019	Atualização monetária	Amortizações	30/06/2020
REFIS	8.557	802	(1.687)	7.672

As parcelas de longo prazo, referentes à obrigação do Refis, apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

<b>Ano</b>	<b>Saldo</b>
2021	806
2022	1.676
2023	1.678
2024	1.634
<b>Total</b>	<b>5.794</b>

## 19 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o capital social autorizado é de R\$ 109.379, representado por 8.116.936 ações unitárias, ordinárias nominativas.

**b. Dividendos**

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado após constituição da reserva legal, conforme estatuto social da Companhia, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 47.168, o que gerou dividendos mínimos registrados no montante de R\$ 11.202.

**20 Instrumentos financeiros e riscos de mercado**

**a. Classificação contábil e valores justos**

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	30/06/2020			31/12/2019		
	Valor contábil	Valor justo (Nível 1)	Valor justo (Nível 2)	Valor contábil	Valor justo (Nível 1)	Valor justo (Nível 2)
<b>Ativos financeiros</b>						
<i>Classificados ao custo amortizado</i>						
Caixa e equivalentes de caixa	167.013	167.013	-	117.019	117.019	-
Contas a receber de clientes	65.023	-	65.023	60.480	-	60.480
	<u>232.036</u>	<u>167.013</u>	<u>65.023</u>	<u>177.499</u>	<u>117.019</u>	<u>60.480</u>
<b>Passivos financeiros</b>						
<i>Classificados ao custo amortizado</i>						
Fornecedores	(22.351)	-	(22.351)	(32.522)	-	(32.522)
Empréstimos e financiamentos	(390.726)	-	(390.726)	(500.023)	-	(500.023)
Debêntures	(490.777)	-	(490.777)	(466.299)	-	(466.299)
Contrato de concessão	(1.978.989)	-	(1.978.989)	(1.922.519)	-	(1.922.519)
Dividendos	(99.481)	-	(99.481)	(99.481)	-	(99.481)
Mútuo com partes relacionadas	(3.276)	-	(3.276)	(3.216)	-	(3.216)
	<u>(2.985.600)</u>	<u>-</u>	<u>(2.985.600)</u>	<u>(3.024.060)</u>	<u>-</u>	<u>(3.024.060)</u>

**b. Gerenciamento dos riscos financeiros**

As operações da Companhia compreendem a prestação de serviços de operador logístico de cargas em geral e gestão e operação de portos, terminais, centros de distribuição e outros.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado (veja (c));
- Risco de crédito (veja (d));
- Risco regulatório (veja (e)); e
- Risco de liquidz (veja (f)).

**c. Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

***Risco de taxa de juros***

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das aplicações financeiras e dos empréstimos e financiamentos que a Companhia possuía exposição na data base de 30 de junho de 2020, foram definidos cenários de apreciação e depreciação de 25% e 50%, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no relatório FOCUS de 30 de junho de 2020 (último dia útil do mês) foi extraída a projeção do indexador CDI para os próximos 12 meses e este definido como o cenário provável, sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente

		<u>Efeito na receita e despesa financeira (12 meses)</u>				
Fator de risco	Risco	Saldo 30/06/2020	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (-50%)	Cenário V (+50%)
<b>Ativos</b>						
CDI - Aplicações financeiras	Queda do CDI	164.182	(2.052)	2.052	(4.105)	4.105
<b>Passivo</b>						
CDI - Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	389.204	4.865	(4.865)	9.730	(9.730)
Debêntures 3ª série	Alta do IPCA	490.777	3.681	(3.681)	7.362	(7.362)
<b>Posição líquida/ Impacto líquido</b>		<u>715.800</u>	<u>6.494</u>	<u>(6.494)</u>	<u>12.987</u>	<u>(12.987)</u>
Taxas de CDI utilizada - %		5%	3,75%	6,25%	2,50%	7,50%
Taxas de IPCA utilizada - %		3%	2,25%	3,75%	1,50%	4,50%

***Risco cambial***

A Companhia possui risco cambial apenas pela exposição de conta corrente bancária em moeda estrangeira, o qual não apresenta impacto material.

**Risco de preço**

A presente estrutura tarifária cobrada pelas operações portuárias não é controlada pelo Poder Concedente de forma que os riscos de queda de preços e valor de mercado são significativamente mitigados. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 são como segue. O valor técnico se aproxima do valor justo:

	<b>Valor contábil</b>	
	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	167.013	117.019
Contas a receber de clientes (nota 5)	65.023	60.480
	232.036	177.499
Passivos financeiros		
Fornecedores	22.351	32.522
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	390.726	500.023
Debêntures (nota 13)	490.777	466.299
Contrato de concessão (Nota 14)	1.978.989	1.922.519
	2.882.843	2.921.363

**d. Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e notas de crédito) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos períodos mencionados.

Os valores constantes nas contas de ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizadas na forma contratada até 30 de junho de 2020 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

**e. Risco regulatório**

Como consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos empresariais o volume de movimentações, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. As operações da Companhia não possuem sazonalidade.

A Companhia desconsidera quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração do porto. A Administração avalia como remota a possibilidade de um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual que prejudique as operações da Companhia.

**f. Risco de liquidez**

As concentrações indicam a relativa sensibilidade do desempenho da Companhia a desdobramentos que afetam um segmento de atuação em específico.

Com o objetivo de evitar concentrações excessivas de risco, as políticas e procedimentos da Companhia contemplam orientações específicas para focar a manutenção de uma carteira diversificada. As concentrações identificadas de riscos de crédito são controladas e administradas de acordo.

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros da Companhia com base em pagamentos não descontados e previstos em contrato:

	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 e 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>	<b>Totais</b>
<b>Em 30 de junho de 2020</b>					
Contrato de concessão (nota 14)	53.587	107.174	163.510	1.654.718	1.978.989
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	212.276	59.483	118.967	-	390.726
Debêntures (nota 13)	71.147	419.630	-	-	490.777
Fornecedores	18.263	2.725	1.363	-	22.351
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>					
Contrato de concessão (nota 14)	53.587	104.019	156.227	1.608.686	1.922.519
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	261.873	118.150	120.000	-	500.023
Debêntures (nota 13)	49.825	130.795	285.679	-	466.299
Fornecedores	28.434	2.725	1.363	-	32.522

#### **g. Gestão de capital**

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar o início e a continuidade de suas atividades a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ou ajustar esta estrutura, a Companhia poderá com base nas projeções ajustar os pagamentos de dividendos aos acionistas, devolver capital a eles ou emitir novas ações.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, debêntures, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	390.726	500.023
Debêntures (nota 13)	490.777	466.299
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	<u>(167.013)</u>	<u>(117.019)</u>
Dívida líquida	<u>714.490</u>	<u>849.303</u>
Patrimônio líquido (nota 18)	<u>243.986</u>	<u>208.136</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>958.476</u>	<u>1.057.439</u>
Quociente de alavancagem	75%	80%

## 21 Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Em 30 de junho de 2020 e 2019 a Companhia não possuía instrumentos diluidores do lucro.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

<b>Período de seis meses</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2019</b>
Lucro líquido do período	35.850	4.674
Média ponderada das ações	<u>8.116.936</u>	<u>8.116.936</u>
Lucro por ação - básico e diluído (R\$)	<u>4,42</u>	<u>0,58</u>
<b>Período de três meses</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2019</b>
Lucro líquido do período	12.664	6.171
Média ponderada das ações	<u>8.116.936</u>	<u>8.116.936</u>
Lucro por ação - básico e diluído (R\$)	<u>1,56</u>	<u>0,76</u>



## 22 Receita líquida de vendas

Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para o período de seis e três meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019:

<b>Período de seis meses</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2019</b>
Operações de cais	208.603	184.434
Armazenagem	89.186	78.881
Outros	<u>104.697</u>	<u>89.872</u>
Total da receita bruta	<u>402.486</u>	<u>353.187</u>
Deduções da receita:		
Impostos federais	(16.600)	(15.631)
Impostos municipais	(12.865)	(11.142)
Descontos	(7.249)	-
Cancelamento de serviços prestados	<u>(131)</u>	<u>(248)</u>
Total das deduções	<u>(36.845)</u>	<u>(27.021)</u>
Receita líquida de vendas	<u>365.641</u>	<u>326.166</u>
<b>Período de três meses</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2019</b>
Operações de cais	107.017	99.590
Armazenagem	41.192	43.478
Outros	<u>51.840</u>	<u>45.106</u>
Total da receita bruta	<u>200.049</u>	<u>188.174</u>
Deduções da receita:		
Impostos federais	(7.090)	(8.224)
Impostos municipais	(6.599)	(5.982)
Descontos	(6.848)	-
Cancelamento de serviços prestados	<u>-</u>	<u>(63)</u>
Total das deduções	<u>(20.537)</u>	<u>(14.269)</u>
Receita líquida de vendas	<u>179.512</u>	<u>173.905</u>

## 23 Custos e despesas operacionais por natureza

<b>Período de seis meses</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2019</b>
Custos dos serviços prestados	(174.202)	(156.135)
Despesas com vendas	(503)	(826)
Despesas administrativas	<u>(30.226)</u>	<u>(28.499)</u>
<b>Total dos custos e despesas</b>	<u>(204.931)</u>	<u>(185.460)</u>
Despesas por natureza:		
Custos operacionais	(32.114)	(33.948)
Despesas gerais	(15.774)	(15.704)
Amortizações e depreciações	(67.486)	(59.358)
Despesas com pessoal	(57.789)	(47.539)
Despesas com combustível	(5.804)	(5.927)
Despesas com manutenção	(11.398)	(9.350)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável – contas a receber	(451)	(289)
Energia elétrica	<u>(14.115)</u>	<u>(13.345)</u>
<b>Total dos custos e despesas</b>	<u>(204.931)</u>	<u>(185.460)</u>
<b>Período de três meses</b>		
	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2019</b>
Custos dos serviços prestados	(88.777)	(81.124)
Despesas com vendas	(141)	(291)
Despesas administrativas	<u>(12.964)</u>	<u>(13.569)</u>
<b>Total dos custos e despesas</b>	<u>(101.882)</u>	<u>(94.984)</u>
Despesas por natureza:		
Custos operacionais	(15.138)	(17.302)
Despesas gerais	(7.111)	(7.749)
Amortizações e depreciações	(33.942)	(29.764)
Despesas com pessoal	(30.783)	(25.113)
Despesas com combustível	(2.685)	(3.208)
Despesas com manutenção	(5.186)	(4.970)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável – contas a receber	(105)	(101)
Energia elétrica	<u>(6.932)</u>	<u>(6.777)</u>
<b>Total dos custos e despesas</b>	<u>(101.882)</u>	<u>(94.984)</u>

## 24 Resultado financeiro

<b>Período de seis meses</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2019</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Variação monetária contrato da concessão	(84.322)	(80.198)
Despesas bancárias e descontos concedidos	(466)	(7.130)
Juros s/empréstimos	(10.721)	(21.512)
Juros s/ debêntures	(21.322)	(28.633)
Juros s/ mútuo	(73)	-
Variação cambial / monetária	(7)	(139)
Pis/Cofins sobre receita financeira	(106)	(321)
Custo das debêntures e juros	(3.657)	(3.716)
Juros leasing – direito de uso	(171)	(184)
Outras	(1.158)	(1.714)
<b>Total</b>	<u>(122.003)</u>	<u>(143.547)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Aplicação financeira	2.021	4.164
Atualização monetária de créditos tributários (imposto de renda e contribuição social)	1.916	-
Juros recebidos	30	58
Variação monetária contrato da concessão	769	-
Variação cambial	117	5
Juros ativos	-	2.641
Outras	232	37
<b>Total</b>	<u>5.085</u>	<u>6.905</u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u>(116.918)</u>	<u>(136.642)</u>
<b>Período de três meses</b>		
<b>Despesas financeiras</b>		
Variação monetária contrato da concessão	(51.341)	(40.649)
Despesas bancárias e descontos concedidos	(250)	(4.618)
Juros s/empréstimos	(4.446)	(9.607)
Juros s/ debêntures	(6.628)	(14.799)
Juros s/ mútuo	(32)	-
Variação cambial / monetária	(7)	2
Pis/Cofins sobre receita financeira	(45)	(73)
Custo das debêntures e juros	(1.799)	(1.858)
Juros leasing – direito de uso	(65)	(92)
Outras	(566)	(750)
<b>Total</b>	<u>(65.179)</u>	<u>(72.444)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Aplicação financeira	932	965
Juros recebidos	11	24
Variação cambial	117	5
Juros ativos	-	563
Outras	(34)	10
<b>Total</b>	<u>1.026</u>	<u>1.567</u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u>(64.153)</u>	<u>(70.877)</u>

## 25 Outras receitas operacionais, líquidas

<b>Período de seis meses</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2019</b>
Recuperação de despesas (PIS/COFINS)	18.656	4.585
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(3.826)	(459)
Crédito Pis-Cofins	521	-
Baixa líquida de depósitos judiciais / provisão para riscos	(101)	(481)
Baixa de ativo imobilizado	(1.405)	(795)
Outras	140	451
Acordo trabalhista OGMO (1)	(4.000)	-
	<u>9.985</u>	<u>3.301</u>
<b>Período de três meses</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2019</b>
Recuperação de despesas (PIS/COFINS)	9.321	2.173
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(2.929)	168
Baixa líquida de depósitos judiciais / provisão para riscos	(101)	(552)
Baixa de ativo imobilizado	(773)	(501)
Outras	67	258
	<u>5.585</u>	<u>1.546</u>

- (1) Refere-se a cobrança referente ao rateio parcial de processos findados e despesas jurídicas, adequados aos conceitos aprovados pelos representantes do OGMO/Paranaguá e TCP, após as reuniões realizadas, inclusive nos termos da AGE Extraordinária Conjunta OGMO e Sindop iniciada em 07/03/2013 e concluída em 13/08/2013, Ata de AGE conjunta Sindop e OGMO, realizada em 22/08/2013, e conforme acordado em AGE realizada em 27/03/2018.

## 26 Seguros

Em conformidade com o Contrato de Arrendamento do Terminal Portuário, o TCP contratou Seguro de Operador Portuário para garantir danos, indenizações e custas processuais em relação ao desenvolvimento das atividades pertinentes ao arrendamento. O seguro possui valor de até US\$ 25 milhões, sendo que as importâncias seguradas e seus limites de indenização máximos foram avaliados por perito terceirizado.

### Objeto da apólice

Garantia de indenização, até o valor fixado na Apólice, dos prejuízos decorrentes do inadimplemento do Tomador referente às obrigações assumidas no Contrato de Arrendamento nº 020-98 e Primeiro ao Décimo Primeiro Termos Aditivos ao referido Contrato, para o arrendamento, a implantação, a administração e exploração do Terminal de Veículos e Contêineres no Porto de Paranaguá, destinado à movimentação e armazenagem de veículos automotivos e contêineres, conforme Cláusula Primeira - Objeto do referido Contrato.

Além disso, a Companhia possui um Seguro Garantia para garantir os pagamentos das parcelas fixas e variáveis no valor de até R\$ 22.600 para garantir eventuais contingências judiciais na esfera tributária a empresa possui seguro com valor de cobertura no montante de R\$ 210.000, com vigência até 3 de junho de 2024.

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros.

## 27 Transações que não envolveram caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC03 (R2) item 44 - Demonstrações dos fluxos de caixa (IAS 7).

**As transações que não envolveram caixa, e portanto, não estão refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa são as seguintes:**

- Aquisição de ativos intangíveis à prazo no montante de R\$ 721 (R\$ 1.194 em 30 de junho de 2019);
- Aquisição de ativos imobilizados à prazo no montante de R\$ 1.194 (R\$ 5.251 em 30 de junho de 2019);
- Reconhecimento de créditos tributário, líquidos no montante de R\$ 11.037 (R\$ 0 em 30 de junho de 2019) com contrapartida no resultado; e
- Reconhecimento da adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos no primeiro semestre de 2019 no montante de R\$ 4.160

## 28 Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 não será impactada significativamente.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, até o momento nenhuma ação mais significativa foi necessária.